

A diversidade das experiências de racialização de estudantes autodeclaradas/os pardas/os e a defesa de investigação por uma abordagem narrativa-biográfica¹

Carolina Abreu dos Santos, PPGAS/UnB/Brasil

Resumo

O artigo aborda sobre o encontro etnográfico entre uma pesquisadora e estudantes de Ensino Médio de uma escola pública no Distrito Federal, Brasil. O estudo se concentrou na investigação da percepção e identificação racial de estudantes autodeclarados pardos, por meio de observação participante em sala de aula e entrevistas baseadas em trajetórias de vida. O artigo destaca a importância da investigação das biografias individuais para compreender a diversidade das experiências de racialização das/os autodeclaradas/os pardas/os no país, por meio do seguinte caminho: (i) relato sobre processo metodológico, construído e adaptado durante o processo de pesquisa; (ii) apresentação das reflexões parciais realizadas a partir de uma abordagem que parte do campo para teorizar (teoria vivida); e (iii) demonstração da decisão de enfoque em abordagem narrativa-biográfica como forma a abraçar a diversidade das experiências de racialidade e romper com a cristalização das diferenças.

Palavras-chave: narrativa de vida; experiência; racialidade para os autodeclarados pardos.

Introdução

Com base em campo de pesquisa inserido no espaço de uma escola pública de Ensino Médio, localizada em região administrativa periférica do Distrito Federal, Brasil, este estudo tem como objetivo colocar em debate reflexões parciais de pesquisa etnográfica realizada entre agosto e novembro de 2023. A pesquisa visou compreender os processos de percepção de estudantes sobre autoclassificação e identificação racial, especialmente para as/os autodeclaradas/os pardas/os, por meio de uma investigação de trajetória de vida (Kofes, 2015; Maluf, 1999) via entrevistas e por meio de observação participante em sala de aula. Foram entrevistados sete estudantes de 1º ano do Ensino Médio, com idades entre 15 e 16 anos, dentre os quais seis são autodeclarados/as pardos/as e um autodeclarado branco, sendo 4 do gênero feminino e 3 do gênero masculino.

O campo imaginado foi inundado pela experiência vivida, pelas demandas e adaptações constantes que se fizeram necessárias para garantir que o estudo fosse conduzido de forma significativa para as/os adolescentes interlocutores, que as/os mobilizassem a participar, a fazer parte, ou seja, a entender “como poderíamos mutualmente nos ajudar”. Assim colocou um interlocutor depois de manifestar interesse

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

em participar, alertando para a troca de que se trata uma pesquisa, e destacando a demanda de saber com antecedência os termos do acordo. Portanto, este trabalho visa demonstrar como se deram os acordos e ajustes metodológicos, bem como os resultados parciais que resultaram deles.

A experiência de campo é compreendida como aquela na qual estamos inseridos enquanto sujeitos pensantes (Ingold, 2019), levando em consideração a perspectiva dos interlocutores como essenciais para compreender suas experiências e fenômenos associados. A complexidade da formação das identidades raciais no Brasil resulta em uma experiência diversa de racialização, apesar da tentativa de construção de uma identidade nacional mestiça. Nesse sentido, as classificações e identificações raciais são relativas, situacionais e variam a depender de uma série de fatores. Compreender as experiências das/os estudantes é fundamental para entender como essas identidades são percebidas e acionadas por eles, enfatizando a multiplicidade de localidades e a influência das práticas culturais e políticas cotidianas na formação do sujeito (Brah, 2006).

Para analisar e interpretar os diálogos, baseei-me em abordagem etnográfica teórico-analítica que parte do campo para teorizá-los, ou seja, considera a teoria vivida (Peirano, 2008). Também me baseio na abordagem da sociologia dos problemas íntimos (Corrêa, 2021), que considera o senso de interioridade como instância pragmática em que experiências mobilizam os atores em determinadas situações, mas sem deixar de considerar que estes retomam significados e sentidos da sociedade. Este trabalho também se inspira na proposta das etnografias do particular, de Lila Abu-Lughod (2018), no sentido de ir contra as tendências de enfatizar a coerência, “cristalizar diferenças” e, portanto, “fugir das representações rígidas”, e de Suely Kofes (2015) em abordar sobre biografias e trajetórias de vida que significam romper com a busca de oposições essencializadoras e generalizações que deixam escapar muitas nuances de uma observação.

Por fim, este artigo se estrutura com base nos seguintes objetivos: (i) apresentar a pesquisa e como se deram suas bases metodológicas, a partir do trabalho de campo, do encontro etnográfico, e de como este foi sendo adaptado para fazer sentido à participação dos estudantes; (ii) apresentar as reflexões parciais com base em análise conjuntural das percepções das/os estudantes autodeclaradas/os pardas/os sobre suas identificações raciais; e (iii) prover reflexões sobre o enfoque em abordagem narrativa-biográfica como forma a abraçar a diversidade das experiências de racialidade e romper com a cristalização das diferenças.

1. O devir metodológico

O estudo tem centralidade no contexto do Distrito Federal. O trabalho de campo ocorreu entre agosto e novembro de 2023, em escola pública de Ensino Médio, localizada em área urbana, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. O estudo contou com observação participante em sala de aula e com a realização de entrevistas individuais com sete estudantes de 1º ano. O objetivo geral do estudo foi o de compreender os processos de percepção, subjetivação e entendimento pessoal de estudantes autodeclaradas/os pardas/os sobre identidade, autoclassificação e identificação racial.

Meu contato principal foi com um professor de sociologia que manifestou interesse em me receber como pesquisadora do tema das relações étnico-raciais em sala de aula e em apoiar nos trâmites de oficialização da pesquisa junto à escola. Por meio da observação participante em sala de aula, iniciei o contato com os estudantes, onde pude contribuir com discussões relacionadas às questões étnico-raciais, escutar e observar reações aos temas discutidos e, por fim, me possibilitou convidá-las/os a participar da pesquisa.

Tinha previsto iniciar realizando rodas de conversa para explorar os diálogos entre as/os estudantes sobre as classificações e identificações raciais, de forma a evitar as limitações, conforme eu entendia naquele momento, de uma abordagem baseada apenas em entrevistas individuais. Entretanto, o tema em si e a roda de conversa inicialmente não resultaram convidativos e tive que, ao longo das interações, realizar algumas adaptações nas formas de abordagem para receber manifestações de interesse para participar da pesquisa. Foram elas: conversar individualmente com alguns estudantes, ampliar a quantidade de turmas em que eu realizava observação participante, abrir espaço para entrevistas individuais, abrir para estudantes que também tinham dúvidas sobre sua identificação racial e não somente para os pardos. A meu ver, essas constatações e ações necessárias revelam a sensibilidade do tema, a necessidade de uma abordagem mais individualizada para se sentirem mais à vontade a participar; e ampliar o público-alvo já que muitas/os estudantes manifestam dúvidas em relação a suas identificações raciais. Portanto, a metodologia planejada foi sendo adaptada e transformada pela forma como as relações, interesses e disponibilidades foram se dando em campo.

Em termos dos encontros individuais, foram realizadas três entrevistas com cada um/a das/os sete estudantes. O primeiro teve duração média de uma hora, no qual segui roteiro semi-estruturado, com base em trajetória de vida (Maluf, 1999; Kofes, 2001). O

segundo encontro durou em média 30 minutos e teve como objetivo adentrar alguns temas individuais discutidos na primeira conversa, mas também explorar aspectos mais coletivos que emergiram em outros contextos, durante a observação-participante e em outras entrevistas, visando aprofundar o diálogo e melhor caracterizar alguns fenômenos que observei em conjunto. Além de promover novos diálogos, a segunda entrevista foi um momento de compreender como a entrevista anterior os mobilizou em termos de sensações e reflexões. Um terceiro encontro foi realizado para trazer informações específicas para cada um com base nas nossas conversas, e nas dúvidas que apresentaram sobre o tema das relações étnico-raciais como um todo, como referências acadêmicas, literárias, musicais. Essa conversa também foi momento para agradecê-los e informá-los sobre os próximos passos da pesquisa.

Nas entrevistas, utilizei o caderno de campo e o gravador como instrumentos de pesquisa. Ambos foram autorizados pelos próprios estudantes, no início da conversa, e pelos pais, via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No geral, não senti que eles ficaram desconfortáveis com o gravador em si. Observei que manifestaram animação, curiosidade, em algumas situações se referenciavam ao gravador para enviar uma mensagem imaginária a alguém. Também sugeri que os estudantes escolhessem um pseudônimo para que os representasse no estudo, como forma de manter o anonimato, tendo em vista que são menores de idade. Portanto, os nomes indicados nesta pesquisa correspondem aos pseudônimos autodeterminados pelos interlocutores. A escola está também anonimizada assim como as/os demais interlocutoras/es apresentadas/os.

A abordagem da narrativa da história ou trajetória de vida (Maluf, 1999; Kofes, 2001) foi escolhida como forma a guiar o processo interpretativo por meio do roteiro de perguntas com o objetivo de compreender as atribuições de sentido dadas pelos interlocutores aos variados temas e questões propostas. A abordagem também viabilizou a interação de forma mais orgânica, e respeitosa, adentrando o tema das questões raciais aos poucos, considerando a sensibilidade que pode evocar. Um roteiro semi-estruturado foi essencial para adaptar a conversa a depender de como cada estudante reagia às perguntas e se engajava nos temas propostos.

Nesse sentido, observei que as formas como as/os estudantes reagiram à entrevista variaram bastante entre eles, assim como nos entre-momentos durante as próprias entrevistas. Alguns manifestaram-se muito à vontade durante todo o momento da entrevista e demonstravam gostar de falar e de relatar sobre si; outros expressavam-se reticentes, mais sérios, provendo respostas curtas e nada além do que as perguntas

instigavam; apresentaram-se mais confortáveis em algum momento ou outro, e em algumas situações reagiam de forma a responder o que parecia ser correto, como se estivessem sendo avaliados. Pude observar que alguns se apresentavam fechados fora do momento da entrevista, mas ao longo da conversa se portava à vontade e demonstrando desfrutar do processo de falar, ser ouvido e de escutar também. Outros pareciam desfrutar bastante do momento da entrevista, se sentiam à vontade, e se permitiam também não falar certas coisas que inicialmente lançava à conversa, impondo seus limites.

Segundo Suely Kofes (2001), ao falar de trajetória privilegia-se o percurso que o sujeito entende que foi tomado em seu itinerário de vida, ou seja, levando em conta a forma como interpreta que se deu esse caminho. Cada indivíduo em seu percurso, aponta Sônia Maluf (1999: 71), “é sujeito portador de uma experiência ímpar e singular que pode reunir experiências tão díspares e lhes dar um sentido”, mesmo que este sentido seja temporário ou nunca esteja inteiramente ao alcance da compreensão, tendo em vista que as possibilidades de interpretação são infinitas.

Outro ponto observado no processo das entrevistas foi o de que a experiência de contar sobre si é um “um ato interpretativo, onde o indivíduo reflete sobre sua própria história e lhe dá um sentido” (Maluf, 1999: 76) no momento mesmo em que está contando. Durante as entrevistas, observei situações em que as perguntas fizeram lembrar, ou melhor se atentar, sobre situações de discriminação racial, e em outras compreender processos de vida no ato de narrar. Tendo em vista o caráter sensível do tema, e das transformações ou reconfigurações de percepção de identidade que podem ocorrer ao longo da vida, essa abordagem também pode representar, ou poderia dizer que representou para alguns interlocutores, um processo de autocompreensão e, portanto, de transformação.

Por fim, a análise dos diálogos estabelecidos foi realizada com base em abordagem etnográfica-teórico-analítica-reflexiva, partindo das experiências em campo para teorizá-las, ou seja, partindo do encontro etnográfico que se estabeleceu entre a pesquisadora e os interlocutores cada um a partir de sua posicionalidade e em um momento específico. Ou seja, as reflexões parciais foram realizadas a partir de uma abordagem que considera a teoria vivida (Peirano, 2008).

2. A complexidade das experiências raciais das/os autodeclaradas/os pardas/os e as vantagens de uma abordagem do particular

Apesar de defender uma abordagem biográfica para a complexidade dos temas elencados por este estudo, não entrarei nesse artigo nos detalhes dos diálogos expressos pelas/os estudantes, nem compartilharei nesse momento suas falas diretamente. Compartilharei primeiramente reflexões parciais obtidas a partir da pesquisa, por meio de uma interpretação conjuntural de suas compreensões, e argumentarei porque considero imprescindível realizar uma escrita etnográfica que considere narrativas biográficas.

Percorrer uma abordagem com base em trajetória de vida permitiu observar como as/os estudantes invisibilizam a questão racial em suas narrativas, fazendo-as evidentes somente quando se pergunta sobre elas. Contar sobre si por meio de uma apresentação inicial ou de perguntas a respeito da trajetória de vida não significou espaço para fazer visível ou cabível atravessamentos raciais. As identidades acionadas são de várias ordens, tem que ver com o cotidiano e com a configuração social e familiar. As questões raciais aparecem quando se fala sobre elas e de fato elas estão lá – muitas já haviam sido vivenciadas, compreendidas e interpretadas. Em outras situações, elas foram tocadas no momento mesmo da conversa, que fez surgir, ser nomeada, ou desvelada como possibilidade de ser algo a ser dito.

Partindo da premissa de que a identidade ou a identificação é construída por meio de um processo de reconhecimento de uma falta, de uma diferença ou digamos, do estabelecimento de uma fronteira simbólica, compreende-se que esta não é autocontida, mas relacional (Hall, 2014 [1996]).

Para entender um pouco melhor sobre como essas fronteiras foram e estão sendo construídas para/pelas/os interlocutores, decidi investigar quando haviam pensado sobre raça/cor pela primeira vez. Tinha como objetivo também, na linha da sociologia dos problemas íntimos, a partir de Diogo Corrêa (2021), sociólogo brasileiro, investigar de que maneira as autoinvestigações empreendidas pelas/pelos interlocutores sobre suas identidades raciais surgiram e se foram elaboradas por crises ou tensões que os habitam.

Observei que foi possível identificar que, no geral, há um momento, uma situação, um ponto de tensão que gera uma reflexão, uma crise para pensar sobre o tema em si, embora, a princípio, as/os estudantes tenham apresentado dificuldade em se lembrar quando foi a primeira vez que pensaram sobre o assunto. Em alguns casos, me aproveitei

do segundo encontro para voltar ao tema, o que foi eficaz no sentido de mobilizar novas lembranças.

Por esta abordagem, identifiquei que a heteroidentificação é um dos pontos de partida para se pensar a própria identidade. Primeiramente, essa identificação em geral se deu pelo contraste inicial com o outro, com o irmão, com os colegas de sala de aula ou em outro ambiente, com os pais e avós etc., mas podemos notar que a primeira vez que alguns pensaram sobre o tema foi quando este foi nomeado por outrem, quando foi identificado externamente, ou seja, heteroidentificado, o que significa que a fronteira foi estabelecida a partir da nomeação ou intervenção do outro. A heteroidentificação também pode se dar ao ter sua autodeclaração rejeitada ou questionada ou, ainda, por meio de uma experiência de racismo, discriminação racial, etc, conforme observado.

Em termos gerais, observei que a identidade racial é interpretada, por este grupo, em termos de cor e fenótipo, sendo a referência a cor a categoria mais nativa desse grupo entrevistado, assim como também é relatado em muitos estudos realizados sobre raça no país (Guimarães, 1999). A cor dos entrevistados é a parda. Assim eles se entendem. A categoria é tensionada e significada a partir de seus lugares de experiência racial, que se deu por meio de um contraste: sou pardo, pois não sou branco, nem preto; pelo fenótipo, pelo lugar intermediário entre dois polos contrastantes: o branco e o preto.

Nota-se também que o termo pardo foi apropriado pelas/os estudantes como uma categoria proveniente do Estado, que está bastante presente no dia a dia, desde que são muito novos até os dias de hoje, a partir de perguntas administrativas/institucionais que precisam ser respondidas para que tenham acessos básicos, como ao hospital, vacina, escola, trabalho, etc., mas também que os descreve, em um lugar que não se é branco, nem preto, nem amarelo, nem indígena; ou seja, como uma categoria residual. Portanto, se entendem pardas/os a partir do contraste, com os polos branco e preto, mas também porque aprenderam que esse é o termo mais adequado para quem circula por esse lugar.

Outro ponto observado é que compreender-se pardo parte de um entendimento de normalidade, no sentido de “*normal, pois são muito*”, baixa percepção de discriminação racial (embora manifestada), e possuir fenótipo que apresenta marcas de uma mestiçagem negra ou indígena. Em relação à percepção de discriminação racial, poucas/os estudantes referenciaram alguma ocorrência contra elas/eles ou entenderam que algumas situações que relataram configuravam racismo. Mas quase todos se referenciaram a uma situação de diferenciação, inferiorização, “brincadeiras”, que estavam vinculados a sua cor, à espessura ou apresentação do cabelo, à largura do nariz e dos lábios, ou seja, a aspectos

fenotípicos associados à negritude no contexto local². Tal cenário reflete em um silenciamento sobre a raça e a experiência, pois não conseguindo se caracterizar fixamente prefeririam deixar em aberto.

Entendem, portanto, o pardo como uma categoria intermediária, e se entendem pertencentes a esse lugar “meio termo”, misturado, “café com leite”, mas que, a depender da situação, podem transitar, ou seja, que tem fluidez. E por esse mesmo motivo ele é um lugar confuso e que, por assim ser, é silenciado, colocado de lado e, portanto, não compreendido, mas não só por isso.

O lugar da dúvida abre muitas camadas a serem aprofundadas, principalmente se adentrarmos a questão em um nível individual. A experiência de cada um vai explicitar como essa identidade, o rótulo pardo, ou as vivências são significadas, sejam elas por meio da fluidez do fenótipo, compreensão de um multi-pertencimento, questionamentos externos a suas autoatribuições de cor, não compreensão das categorias, e/ou por negação da negritude. Ou seja, a experiência pessoal de cada um(a) das/os interlocutores, as reflexões que fizeram a partir de experiências de diferenciação e de discriminação racial corroboraram para estruturar a forma que veem o tema e veem a si mesmos.

O contraste definitivamente é um aspecto que vai desbloquear entendimentos ou reflexões sobre identidades, pois estas se dão no estabelecimento das diferenças (Hall ([1996] 2014; Silva (2014 [2000]); Appiah (2016)). Aprofundar nas nuances individuais das compreensões de contraste expande bastante a compreensão do fenômeno do silenciamento da raça e dos atravessamentos raciais. Com esse objetivo o trabalho se desdobrou a investigar individualmente as nuances das questões a partir das narrativas individuais.

Nesse sentido, considerei os aspectos que se destacavam nas experiências de cada um dos interlocutores e fiz uma reflexão etnográfica-teórico-analítica a partir de suas narrativas biográficas, vinculando-as com o contexto social em que estão inseridos e com a pesquisa sendo conduzida em local e momento específico. A partir dessa abordagem, foi possível expandir as compreensões sobre: (i) uma suposição de classe ofuscando raça, na narrativa de Maria Julia (15, parda), em que ofusca um pertencimento racial mais próximo à negritude por pertencer a uma classe social média, o que faz com que a questão

² Oracy Nogueira (2006: 292), sociólogo brasileiro, aponta que o preconceito racial se apresenta no Brasil como preconceito de marca, ou seja, “quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque”, como também pôde ser observado neste estudo, pelo menos em relação aos dois primeiros itens.

de raça não a atravesse tanto, proveniente de uma cultura familiar geracional de mobilidade econômica e negação da negritude; (ii) a dúvida de Helena (16, parda) sobre ser negra ou descendente de indígena, já que uma vizinha lhe disse que é negra, pois o termo correto é este, fazendo referência a uma junção de pretos e pardos como negros, ao mesmo tempo em que se entende descendente de indígenas e é chamada de “índia” por familiares e amigos, tendo em vista uma ideia de fenótipo indígena no imaginário brasileiro; (iii) a experiência fronteiriça de Rosa (15, parda), entre duas famílias, a sua biológica, branca-parda, e a sua família de criação, negra, onde demonstra proximidades e distanciamentos em relação a eles, ao mesmo tempo em que molda suas compreensões sobre a raça a partir de acessos que poderá ou não ter pela cor que detém; (iv) a narrativa de Nauhr (16, branco) a partir de experiência com irmão pardo, e a força invisível da branquitude; (v) a negação da negritude em Adão Messias (16, pardo); (vi) e as percepções de discriminação racial na narrativa de Katrina (16, parda), denotando o efeito velado do poder do racismo de desqualificar tudo o que não é branco

3. Uma defesa da narrativa biográfica

Considerando as diversas interpretações que podem ser feitas a respeito dos termos levantados, assim como a diversidade de compreensões sobre autoidentificações demonstrada, defendo identidade, a partir da reflexão de Avtar Brah (2006): a de que é preciso levar em conta a diferença como experiência, pois a experiência é o local da formação do sujeito. A defesa da experiência por Brah não se dá no sentido de uma definição da verdade, mas como uma prática que atribui sentidos, simbólicos e narrativos. Brah (2006: 361) enfatiza a experiência como espaço de contestação: “um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas”, sendo essencial considerar as diferentes matrizes ideológicas e campos de significação que influenciam as experiências historicamente variáveis das pessoas a partir de diferentes processos econômicos, políticos e culturais.

Considerando as duas abordagens colocadas, de Corrêa e de Brah, defendo ser necessário, levar em consideração os sentidos das interioridades, evidenciando a importância de inscrever a biografia individual, mas sem significar eliminar o contexto social, mas, ao contrário, enfatizar a multiplicidade de localidades e a influência das práticas culturais e políticas cotidianas na formação do sujeito. Ou seja, enfatizar a importância das biografias pessoais na atribuição de significado aos eventos, destacando

que este varia de indivíduo para indivíduo e é influenciado por sua própria construção cultural: “a miríade de maneiras imprevisíveis em que tais construções podem se configurar no fluxo de sua psique; e, invariavelmente, em relação ao repertório político dos discursos culturais à sua disposição” (Brah, 2006: 362). Nos termos da sociologia dos problemas íntimos, observar a interioridade como instância pragmática, mas levando em consideração que os processos internos retomam vocábulos e conceitos que existem na sociedade (Corrêa, 2021).

A antropóloga brasileira Suely Kofes (2015) argumenta que abordar sobre biografias ou trajetórias de vida é romper com a forma como a ciência busca operar, ou seja, significa romper com a busca de oposições essencializadoras e generalizações que deixam escapar muitas nuances de uma observação. Kofes (2015: 35) aponta que “é enquanto experimentação de não opor a estrutura e o vivido, o observável e o concebido, de abrir-se a expressões diferenciadas (portanto, não opondo individual ao social ou coletivo), que a experiência está sendo considerada”.

Nesse sentido, advogo que dar atenção às interioridades não significa desconsiderar o social, pois este é fundante na contextualização de histórias individuais. Esta pesquisa demonstra como é possível extrair generalizações consistentes a partir de dados particulares, requerendo uma contextualização histórica e social dos sujeitos, conforme advoga Claudia Fonseca (1999). As análises conjunturais propostas sobre as percepções das/dos interlocutores às significações em relação à identidade, raça e experiência forneceram compreensões relevantes sobre o tema e sobre a conjuntura proporcionada pela pesquisa, pela posicionalidade das/os interlocutores e da pesquisadora, assim como pelo encontro etnográfico. Entretanto, cada interlocutor/a apresenta uma vivência e significação diferenciada que, analisada individualmente, pode contribuir definitivamente para a expansão da compreensão de fenômeno tão complexo como a das identidades raciais das/os pardas/os, além de evitar essencializações que costumam ser elaboradas quando se discute esse tema. Como aponta a psicóloga social Lia Schucman (2023: 112), “toda a constituição do discurso racial e/ou racista perpassa essa dimensão psicológica [...] e ingressa no substrato emocional que nos torna sujeitos: o trauma, o desejo, a repulsa, as pulsões e, sobretudo, a imersão no universo da linguagem”.

Compreensões parciais

A partir de estudo com centralidade no contexto do Distrito Federal, este artigo apresenta reflexões parciais sobre campo de pesquisa realizado em uma escola pública de Ensino Médio a respeito de estudo sobre percepção e identificação racial de estudantes autodeclaradas/os pardas/os. A pesquisa demonstra como a abordagem individual e biográfica, por meio de uma perspectiva de trajetória de vida, no processo das entrevistas individuais, contribuiu para viabilizar a pesquisa em si, considerando a sensibilidade do tema e a consequente inicial resistência à pesquisa. A abordagem também foi essencial na promoção de interação durante o processo de entrevista, de forma a conduzir o tema das identificações raciais de forma mais orgânica e respeitosa. Além disso, a abordagem em si evidenciou a invisibilidade dada à questão racial nas narrativas de histórias de vida das/os interlocutoras/es.

As análises, sob uma perspectiva etnográfica e teórico-analítica, demonstraram que uma interpretação conjuntural das percepções dos estudantes sobre o tema é viável, mas que pode ser complexificada a partir da investigação em uma trajetória biográfica individual, destacando as experiências distintas que marcam as nuances das identificações raciais no contexto do Distrito Federal. Por fim, este trabalho, a partir das diferenciações entre as experiências de racialidades pardas, demonstra que optar por etnografias do particular, considerar as interioridades como instâncias pragmáticas e levar em conta abordagens biográfica-narrativas tem muitas potencialidades na pesquisa antropológica.

Referências Bibliográficas

Abu-Lughod, Lila. (2018). A escrita contra a cultura. **Equatorial** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 5(8), 193-226.

Appiah, Kwame Anthony. (2016). Identidade como problema. Em **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP.

Brah, Avtar. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, 329-376.

Correa, Diogo Silva. (2021). Esboço de uma sociologia dos problemas íntimos. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 415-444.

Fonseca, Cláudia. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso. **Revista Brasileira de educação**, 10(1), 58-78.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo (1999). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34.

Hall, Stuart. (2014 [1996]). Quem precisa da identidade. Em Silva, Tomaz Tadeu, Hall, Stuart, & Woodward, Kathryn. (2014). **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. Editora Vozes.

Ingold, Tim. (2019). **Antropologia: para que serve?** Editora Vozes.

Kofes, Suely. (2001). **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Maluf, Sônia Weidner. (1999). Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes antropológicos**, 5, 69-82.

Nogueira, Oracy. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, 19, 287-308.

Peirano, Mariza. (2008). Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, (2).

Schucman, Lia Vainer (2023). **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. São Paulo: Editora Fósforo.

Silva, Tomaz Tadeu da (2014 [2000]). A produção social da identidade e da diferença. Em Silva, Tomaz Tadeu, Hall, Stuart, & Woodward, Kathryn. (2000). **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. Editora Vozes.